

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 09-12-2003

REUNIÃO PÚBLICA

Aos nove dias do mês de Dezembro, do ano dois mil e três, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Aveiro, na sala das reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, sob a Presidência do Sr. Presidente, Dr. Alberto Afonso Souto de Miranda, e com a presença dos Srs. Vereadores Eng.ª Lusitana Maria Geraledes da Fonseca, Dr. Manuel Fernando Ferreira Rodrigues, Dr.ª Marília Fernanda Correia Martins, Domingos José Barreto Cerqueira, Dr. Amândio Dinis Ferreira Canha, Dr. Joaquim Manuel da Silva Marques e Dr. Luís Miguel Capão Filipe.

Pelas 14.30 horas foi declarada aberta a presente reunião.

FALTAS: - Foi deliberado, por unanimidade, justificar a falta dada pelo Sr. Vereador Eduardo Elísio Silva Peralta Feio.

APROVAÇÃO DE ACTAS - Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a acta n.º 45.

RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA * A Câmara tomou conhecimento do balancete da tesouraria relativo ao dia 05 de Dezembro, corrente, o qual acusa o seguinte movimento em dinheiro: - Saldo do dia anterior em operações orçamentais - seis milhões seiscentos e seis mil quatrocentos e quinze euros e quarenta cêntimos; Saldo do dia anterior em operações de tesouraria - seiscentos e cinquenta e três mil oitocentos e dezanove euros e quinze cêntimos; Receita do dia em operações orçamentais - onze mil cento e quarenta e sete euros e noventa cêntimos; Receita do dia em operações de tesouraria - duzentos e dois euros e noventa e três cêntimos; Despesa do dia em operações orçamentais - sessenta mil e oitenta e cinco euros e noventa e três cêntimos; Saldo para o dia seguinte em operações orçamentais - seis milhões quinhentos e cinquenta e sete mil quatrocentos e setenta e sete euros e

[Handwritten signatures and initials in the right margin]

trinta e sete cêntimos; Saldo para o dia seguinte em operações de tesouraria – seiscentos e cinquenta e quatro mil e vinte e dois euros e oito cêntimos.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Público

Sr. Francisco Duarte – Proprietário de um Jardim de Infância, sito na Rua Jaime Moniz, nesta cidade, veio dar nota da existência de extensas fissuras nas paredes do edifício, que aumentaram consideravelmente após a construção de uma estrada nas traseiras do edifício, de tal modo que o quintal começou a aluir, sendo a sua grande preocupação as crianças que lá se encontram, até porque, neste momento, já não utiliza o recreio e, como alternativa, têm usado o da vivenda contígua, que não tem problema. Deu ainda conhecimento que já solicitou a presença de um engenheiro civil, que lhe disse não ser possível efectuar quaisquer arranjos, dado que a casa se encontra bastante danificada, daí o seu alerta e a sua preocupação. Mais referiu, que os primeiros danos na estrutura surgiram há cerca de dez anos, altura em que foi demolida a fábrica de azulejos Aleluia, que se situava por trás do Infantário, e que há cerca de três anos enviou o primeiro officio a esta Autarquia dando nota da situação.

O **Sr. Presidente** informou que o assunto está a ser acompanhado pelos serviços técnicos do Município, tendo a Câmara deliberado há uns meses proceder a um ajuste directo para construção do muro de suporte, com o intuito de as obras serem feitas antes das primeiras chuvas, desconhecendo o motivo porque ainda não começaram. Quanto à abertura do arruamento, o Sr. Presidente disse que foram tomadas todas as diligências e que a obra foi realizada recorrendo a meios que foram utilizados com todo o cuidado de forma a que não houvesse nenhum risco, e o arruamento ainda não foi aberto ao trânsito precisamente porque ainda não está feito o muro de suporte e para não provocar cargas excessivas e trepidações. A situação apontada é de facto um problema muito localizado, já que o resto do talude está sólido, no entanto se surgirem factos novos e se se vier a verificar que as crianças estão em risco, terão que se tomar providências imediatas e se necessário proceder-se à evacuação do Jardim Infantil.

TTU

Sr. Pinto – Referiu-se uma vez mais aos anexos ilegais próximos da casa onde habita, criticando a inoperância dos Serviços de Fiscalização. Também se referiu aos Serviços de Habitação, no que respeita à atribuição de casas e, concretamente, ao Bairro da Bela Vista, considerando-o terceiro mundista. Disse também ter conhecimento que o terreno onde estão as pérgolas da Sé ainda não foi pago ao proprietário, tendo ainda alertado para a necessidade de limpeza das mesmas, e bem assim para uma intervenção urgente na Igreja da Sé, dado que chove lá dentro. Também se referiu aos cemitérios que precisam de ser arrançados. De seguida, alertou para o estado de conservação de algumas pontes no concelho, a saber, a ponte em Azurva, sobre o caminho de ferro, a ponte de Eirol, sobre o Rio Águeda, e outras entre Horta e S. João de Loure. Por fim, pediu ao Sr. Presidente que resolvesse a sua situação habitacional.

Lea
Antes
Nauf
Des
Ala

Intervenções dos Srs. Vereadores

Vereador Dr. Joaquim Marques

- Começou por alertar para o marcador de altura que está instalado no Viaduto de Esgueira, no sentido Esgueira/Aveiro, que se encontra solto, tendo solicitado a intervenção dos Serviços de Protecção Civil, uma vez que está previsto mau tempo para o dia de hoje.

- De seguida, referiu-se uma vez mais ao estado das vias municipais, que com as chuvas estão cada vez mais danificadas.

- Por fim, o Sr. Vereador fez a seguinte intervenção, relativamente a um artigo recentemente publicado no Jornal Notícias, pelo Sr. Presidente da Câmara: *“Não é meu hábito responder de forma formal aos artigos de opinião emitidos pelo Sr. Presidente da C.M.A, Dr. Alberto Souto. Também não é meu hábito fugir a um bom desafio, seja ele colocado por quem for, nomeadamente quando o autor me merece consideração e respeito, daí que não posso deixar em claro o recente artigo de opinião publicado no JN do passado dia 5 do corrente e subscrito pelo Sr. Presidente da CMA Dr. Alberto Souto. Embora não me sinta um político, como o Dr. Alberto Souto, não resisto a rebater algumas das afirmações produzidas no artigo*

atrás mencionado. Segundo o Sr. Presidente, o actual governo ao impedir o acesso ao crédito criou vários problemas às autarquias, entre eles o impedimento da construção de mais habitação social, parece-me demagógica tal afirmação, porquanto, no último mandato e meio, a habitação social construída no nosso município é insignificante, e se no mandato corrente é verdade o impedimento de acesso ao crédito, não é menos verdade que no anterior mandato tal não era impedimento de se realizar os empréstimos e era o seu governo do seu partido, sintomático da preocupação do Sr. Presidente para com a construção de habitação social. É verdade que o actual governo é culpado pela reforma tributaria introduzida em sede da contribuição autárquica e SISA, é culpado de ter tido a coragem de ter terminado com o imposto que o seu ex líder partidário e ex chefe de governo apelidou do "imposto mais estúpido ao cimo da terra" mas nada fez para o liquidar, sintomático da preocupação do seu partido em não mexer em interesses instalados. Tem razão da demora da libertação de fundos comunitários por parte do governo, se é que é assim, pena é que a sua preocupação não seja idêntica para libertar os pagamentos aos fornecedores da CMA, e não falamos nos que esperam os pagamentos resultantes de obras cofinanciadas. Tem razão da situação difícil que o país atravessa, só esqueceu um pequeno pormenor, foi o seu partido e o seu governo que nos colocou em tal situação. Já agora Sr. Presidente, chega a ser pungente a forma como tenta passar as suas responsabilidades e incapacidades da não execução de obras para cima do actual governo. Tem razão ao pedir mais dinheiro para a construção do estádio, fica-lhe bem, não atribua é as culpas a este governo, pois foi o seu governo e o seu partido que enganou os municípios ao dar custos indicadores da construção completamente fora da realidade e foi o mesmo governo que afirmou "nem mais um euro para o Euro". Finalmente tem razão quando diz que o governo prometeu compensar os municípios pelas eventuais quebras da receita em virtude das alterações introduzidas em sede da contribuição autárquica e SISA. Só esqueceu de dizer que o actual governo já começou a cumprir com tal promessa e, em sede de PIDDAC, contemplou um aumento de 4,8% no montante a transferir para os municípios como forma de iniciar essa compensação. Compreendemos Sr. Presidente, que por força dos cargos políticos que ocupa, da sua preocupação em iniciar um combate político do "bota abaixo" para com o governo, mas pedimos-lhe Sr. Presidente que a sua oposição tenha no mínimo a seriedade com que o PSD no Executivo desta Câmara exerce a oposição, os seus representante merecem-no."

O Sr. Presidente respondeu ao Sr. Vereador, dizendo: "Eu tenho muito gosto em retorquir, e em contrariar também, aquilo que acabou de dizer. Primeiro ponto, não é para contrariar, porque o Dr. Joaquim Marques confirmou, é realmente verdade que com o corte do crédito à Habitação Social, que este Governo efectuou, as Autarquias estão impedidas de construir mais habitação social, o que disse é que nós não construímos habitação social no primeiro mandato e, portanto, seria demagógico da minha parte vir dizer que não podemos construir habitação, porque não há crédito. Um bom gestor público e qualquer gestor público, tem a responsabilidade de avaliar as necessidades, e em função de recursos escassos, definir quais são as prioridades. No primeiro mandato, assumidamente, não foi uma prioridade. Eu disse isso, expressamente e sem nenhum problema, em dizê-lo. Em 98, quando chegámos à Câmara, tínhamos uma boa herança dos Executivos do CDS-PP, em termos de habitação social. Havia, de facto, uma razoável adequação da oferta de habitação social em relação às necessidades. Sempre disse que cada caso é um caso dramático, quando pessoalmente considerado, mas em termos globais e daquilo que são as grandes opções do Município e da afectação de recursos, não há dívida que, no primeiro mandato, não era necessário investir muito na Habitação Social, quando comparando, evidentemente, com outras prioridades que eram manifestas. A partir de certa altura e, designadamente, neste segundo mandato, concluiu-se pelos números que temos disponíveis que, era outra vez importante, tornar a investir, não com a força que se investiu nos últimos trinta anos, mas era preciso investir alguma coisa, para dar resposta a algumas centenas de pedidos que temos e, coincidência infeliz, realmente o Governo, fechou a porta ao crédito à Habitação Social por parte das Autarquias e, portanto, aí é uma confirmação. A crítica que faz é injusta, por um lado, não tem em conta aquilo que acabei de dizer, e acabo por confirmar que este Governo fechou o crédito à Habitação Social, como todos sabemos. Depois em relação à questão da Sisa, o problema não é, evidentemente, que este Governo tenha acabado com a Sisa, como o Dr. Joaquim Marques recordou, um dos impostos que era dos mais estúpidos que tínhamos em vigor, o problema não é esse! O problema é que, ao fazê-lo, subtraíram-se receitas às Autarquias, absolutamente importantes. Eu já tive ocasião de dizer isto, a todos vós e algumas vezes também publicamente, por força da redução da taxa de Sisa, não se conseguiu, como era intenção do Governo, animar o mercado imobiliário o que provocou uma quebra significativa nas receitas das Autarquias. Na Câmara de Aveiro, isso significa, no exercício corrente de 2003,

doe
Júlio
Júlio
Júlio
Júlio

uma perda de receitas de mais de 2 milhões de euros, que eu peço a todos que tenham em conta as consequências que isso provoca na gestão da nossa Tesouraria, porque é uma receita corrente, que tem de ser canalizada para despesas correntes, para coisas tão essenciais, como as refeições das escolas das nossas crianças, ou seja, são despesas, cujo pagamento atempado é posto em causa por força desta quebra, só este ano, na Sisa. Também não se cumpriu a promessa que a Sr.^a Ministra fez de que as Autarquias seriam compensadas em 2004, e não há no orçamento do Estado nenhuma compensação directa para a perda de receita que existiu este ano e todos nós esperamos, e eu espero muito, que a alteração da reforma do Património, tenha de facto resultados esperados, para que as Autarquias tenham mais meios e não, outra vez, menos meios do que aquilo que está estimado. Esperemos que isso venha de facto a acontecer. É claro que também se me permite, a troca do piropo demagógico, é dizer que nós devíamos também libertar rapidamente os meios de pagamento para os nossos fornecedores e empreiteiros, sabendo que o Governo, directo ou indirectamente, através da CCDR nos atrasa, sistematicamente, os pagamentos em termos de direito. Se não há receitas, nós não podemos fazer milagres, temos de cumprir a Lei, só temos as receitas que a Lei prevê e quando elas são alteradas, a meio do exercício e sistematicamente já ao longo de dois anos, de facto não é fácil manter compromissos assumidos com a pontualidade que gostávamos de manter. Depois deixe-me dizer-lhe que, já nem os Auto-Dirigentes do PSD têm, digamos a "lata" para invocar o alibi da situação económica em que o Governo do PS deixou o País. A situação não era boa, este Governo, como é reconhecido por todos, transformou-a numa situação que é calamitosa, transformou uma situação que era de menor crescimento, numa situação de crescimento negativo, todos os indicadores são dos piores indicadores, de que há memória na história da democracia portuguesa. Deixe-me dizer-lhe que a herança do Governo do PS nesta matéria, quem nos dera que este Governo tivesse tido a arte política de saber controlar a situação, mantê-la só como estava, porque teríamos mais emprego, teríamos as Finanças Públicas aparentemente na mesma situação, e teríamos sobretudo a economia com alguma animação, com mais investimento, e portanto, invocar o alibi do Governo do PS, parece-me um argumento estafado que já ninguém se atreve, neste momento, depois de 2 anos de deterioração da situação e, quando é sabido que as economias europeias comparáveis e similares à nossa, no mesmo contexto internacional, estão a ter resultados económicos favoráveis, é um argumento

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the name "Joaquim" and other illegible marks.

que de facto não convence. Se leu bem o artigo, eu faço uma fugaz alusão às verbas com que o Governo financia o Estádio, e deixei de falar nisso, porque acho que de facto o Governo decidiu e, está decidido, e não devemos contribuir para criar um ambiente negativo, em volta do acolhimento do Euro 2004 mas, continuo a pensar seriamente, e acho que, fundadamente, que o esforço financeiro que as Autarquias fazem e que faz o Estado, no contexto da responsabilidade internacional assumida por Portugal, está manifestamente desproporcionado e, queria só recordar que, enquanto os Clubes recebem apoios das Autarquias e do Estado, as Autarquias só recebem o apoio do Estado e não recebem apoios nenhuns dos Clubes e, portanto, é um esforço ainda mais violento que qualquer Clube faz quando o promotor é um Município, como é o caso. Quem me dera estar na situação do Dr. Santana Lopes ou Dr. Rui Rio e ter que só dar 3 milhões a um dos Clubes ou aos dois Clubes de Lisboa, para financiar o Euro 2004. Como sabem, nós, Município de Aveiro, temos de gastar muito mais do que isso, e somos um Município muito mais pequeno, portanto quando é um Clube o promotor, a situação é muito mais folgada para o Município. O que é lamentável, é que para além do pouco dinheiro, neste momento, e eu lamento dizer isto publicamente, Aveiro ainda não recebeu 1 € da empreitada das acessibilidades, e não há nenhuma explicação que o possa justificar, está ainda por resolver, e é da responsabilidade do Sr. Ministro José Luís Arnaut, ao contrário do que já foi resolvido também para os Clubes. A questão da bonificação dos juros dos empréstimos contraídos para o Euro 2004, que no caso de Aveiro, ronda qualquer coisa como 800.000 contos, está por resolver, não há enquadramento. Ao fim de um ano de espera, a CCDR escreveu-nos um ofício dizendo que não tinha sido dotada com verba para essa bonificação de juros e portanto, é outra das contribuições que está por solucionar e, como imaginam, é muito importante e afecta também a nossa Tesouraria, porque estamos a falar dos juros de encargos financeiros a empréstimos contraídos, para o qual há este compromisso de haver uma bonificação que até hoje está por desbloquear. Finalmente, há ainda um lapso, porque não há nenhum aumento no orçamento deste ano, a transferência de 4,8% para as Autarquias, que apareceu de facto em alguma imprensa, como significando um aumento daquela que estava prevista no orçamento de Estado inicialmente, não se traduz em nenhum aumento, traduz-se foi na luta desencadeada pela Associação Nacional de Municípios, contra aquilo que a Sr. Ministra das Finanças estava a tentar fazer, isto não é vago, era o que estava previsto na proposta de orçamento de Estado, de que

MUN

não fossem contabilizadas nas verbas a transferir para as Autarquias, as receitas obtidas com o Estado através do perdão fiscal do ano passado. Como se recordam, foi instituído um perdão fiscal para quem pagasse impostos em atraso, designadamente, para quem pagasse contribuição autárquica e outras receitas directas das Autarquias que estavam em atraso, e o que a Sr.^a Ministra se preparava para fazer era para que essas verbas, entradas na parte final do ano passado, não entrassem para o cálculo das verbas a transferir para as Autarquias, quando eram receitas directas das Autarquias e a Associação Nacional de Municípios conseguiu que a Sr.^a Ministra corrigisse isso, que estava a provocar a maior indignação em todos os Autarcas do País e designadamente do PSD. Daí que na proposta final do orçamento de Estado apareçam esses tais 4,8%. Tenho pena que assim seja, bem gostaríamos nós que os aumentos fossem superiores para as Autarquias, mas não são, infelizmente, e toda a nossa expectativa é para que esta reforma na tributação do património possa de facto ter o resultado que todos esperamos que é colocar as Autarquias em circunstância de poder ter mais receitas, e assim, resolver os seus compromissos, os seus projectos.”

António
Jorge
Santos
Almeida

○ **Sr. Vereador Domingos Cerqueira** teceu o seguinte comentário: “Sobre o assunto que está a ser discutido, eu quero dizer que não intervenho, porque eu costumo dizer que sou um político caseiro, a política para mim é a que está circunscrita, neste momento, ao meu Concelho, à minha terra, à minha cidade, e o meu silêncio não é outra coisa, que não isso, significa que não é nem desacordo, nem acordo, é só isto: na Câmara, não me meto em assuntos que não digam respeito à minha terra.”

Dr. Capão Filipe

- Fez um apelo ao Sr. Presidente no sentido de mandar verificar o mais rapidamente possível a situação do **Jardim Infantil** e não esperar por factos novos, tendo o **Sr. Presidente** informado que já fez deslocar dois técnicos ao local para que, ainda no decorrer da presente reunião, possam transmitir ao Executivo o que se passa com exactidão.

[Handwritten signatures and initials in the top right corner]

- A Sr.ª Vereadora deu conhecimento da programação da campanha promovida pela Cáritas, a nível mundial, a favor da Paz e da Solidariedade, que decorrerá durante a quadra de Natal sob o signo “Dez Milhões de Estrelas – Um Gesto de Paz”, tendo mostrado os fotoforos que vão ser acesos, em todo o Mundo, no próximo dia 20, às 21 horas e cujo espectáculo luminoso, na nossa cidade, está previsto para o Canal Central.

Também deu nota que se encontram à venda os **postais de Natal do Centro de Acolhimento de Emergência Infantil de Aveiro**.

- Aproveitou, ainda, para dar conhecimento dos agradecimentos que lhe foram transmitidos pelo **Clube do Povo de Esgueira**, aquando das comemorações do 47.º aniversário, e pela **Associação de Jovens de Eixo**, com referência ao apoio prestado pela Autarquia aquando da realização do Grande Prémio de Eixo e da Festa de Natal organizada para as crianças.

Vereador Dr. Manuel Ferreira Rodrigues

TOPONÍMIA – Foi submetida à consideração do Executivo a acta da reunião realizada pela Comissão de Toponímia, no passado dia 5 de Novembro, tendo a Câmara deliberado, por unanimidade, aprovar as designações propostas, para os arruamentos mencionados nos officios enviados pelas Juntas de Freguesia de Santa Joana, Esgueira, Eixo, Cacia e Aradas, que aqui se dão como transcritos. Quanto à denominação “Caminho da Grinelândia”, na freguesia de Santa Joana, foi a mesma reprovada com a abstenção do Sr. Vereador Dr. Capão Filipe e com quatro votos contra do Sr. Presidente, e dos Srs. Vereadores Eng.ª Lusitana Fonseca, Domingos Cerqueira e Dr.º Amândio Canha. A designação “Rua D. Frei Duarte Nunes”, proposta pela Junta de Freguesia de Santa Joana, foi remetida de novo à Comissão de Toponímia por carência de fundamentação.

O documento em análise fica a fazer parte integrante da presente acta.

O Sr. Vereador manifestou a sua satisfação, porque de acordo com as notícias transmitidas nos últimos dias pela comunicação social, os Bombeiros Velhos abriram as portas às mulheres voluntárias e, como antigo dirigente daquela Associação, ficou bastante satisfeito com este progresso.

Dr. Amândio Canha

O Sr. Vereador referiu-se a duas Instituições Culturais do Concelho, que assinalaram neste fim-de-semana os seus aniversários. A Banda Amizade, que fez 169 anos, e cujas comemorações culminaram com um brilhante Sarau Musical, em que foi demonstrada toda a vitalidade e excelente qualidade do seu trabalho, e a Fanfara de São Bernardo, agora, Associação Musical e Cultural de São Bernardo, que celebrou 27 anos de existência oficial. Mais referiu, que as comemorações desta última Associação, decorreram ao longo do dia de ontem, tendo sido possível verificar, nas suas diversas valências, um grande dinamismo e vontade de crescer, não só em quantidade mas também, e sobretudo, em qualidade. Assim, a pedido do Presidente da Direcção da Associação, transmitiu à Câmara, o reconhecimento pelo apoio que tem sido prestado à Associação e que o seu Presidente da Direcção fez questão de expressar publicamente.

Sr. Presidente

O Sr. Presidente questionou os membros do Executivo, se já tinha recebido os convites para a **46ª Exposição do Aveiro Arte** – Círculo Experimental dos Artistas Plásticos de Aveiro, que terá lugar no próximo dia 13 de Dezembro, às 15h30, no Centro Cultural e de Congressos; para o lançamento do livro **“OS DIAS QUE NÃO CONTAM”**, uma colectânea de contos da professora Maria Alves Veiga, a realizar no dia 12 de Dezembro, às 21h30, no Auditório da Biblioteca Municipal e, inclusive, para o jogo entre **o Beira-Mar e o Osasuna**, que terá lugar no próximo dia 11 de Dezembro.

O Sr. Presidente lembrou ainda que foi inaugurado, no passado sábado, no Museu da República, o espólio camarário do artista aveirense **Lauro Corado**, cujas

obras revelam a sua profunda identificação com Aveiro, tendo sublinhado que a exposição merece, de facto, ser visitada.

Por fim, o Sr. Presidente deu a palavra ao Director de Departamento de Projectos e Gestão de Obras Municipais, Eng.º Higinio Póvoa Morgado e Chefe de Divisão de Vias e Conservação, Eng.º Correia Pinto que, após deslocação ao **Jardim de Infância**, situado na Rua Jaime Moniz, informaram não ter havido aumento de fissuras, desde a última visita ocorrida no passado mês de Julho, contudo, e embora não tivessem encontrado sinais de perigo iminente, aconselharam a que se iniciem o mais rapidamente possível as obras de sustentação de terras, dado que a situação se pode vir a agravar com as chuvas intensas que se têm feito sentir.

A propósito, o Sr. Presidente informou que o processo de concurso relativo à obra em questão, esteve a aguardar o decorrer das formalidades inerentes ao referido concurso, pelo que os trabalhos irão ser adjudicados hoje na presente reunião.

CONSTRUÇÃO DE UM MURO DE SUPORTE NO ARRUAMENTO B DO PLANO DO CENTRO – 1.ª FASE – Na sequência da deliberação tomada na reunião de 30 de Setembro, último, foi deliberado, por unanimidade, adjudicar à Firma IRMÃOS CAVACO, S.A., a empreitada, em epígrafe, pelo valor de cento e vinte e quatro mil trezentos e trinta e cinco euros e quatro cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

ORDEM DE TRABALHOS – De seguida deu-se início à apreciação dos assuntos constantes da Ordem de Trabalhos:

ALUGUER, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE INSTALAÇÃO SONORA – MÚSICA AMBIENTE: – Na sequência do despacho do Sr. Presidente, datado de 30 de Outubro, último, que autorizou a abertura de concurso para a realização dos trabalhos em epígrafe, foi deliberado, por unanimidade, de acordo com a Proposta de Decisão Final, adjudicar à Firma FOCOSONORO – PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS, LDA., a prestação de serviços em epígrafe nos termos da alínea c), do n.º 1, do art.º 81, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho, pelo valor de seis mil setecentos e cinquenta euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

CSX
Cruz
Duf
Z
Aru

v. 0. 0

PROCESSO DE AVERIGUAÇÕES: – A Câmara tomou conhecimento do processo de averiguações n.º1/03, referente ao furto de uma estrutura em ferro tratado e metalizado, ocorrido no Pavilhão Octogonal, no antigo Parque de Feiras. De acordo com o correspondente relatório, que aqui se dá como transcrito, e nos termos do n.º 1 do artigo 88º do Estatuto Disciplinar, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro, foi deliberado, por unanimidade, proceder ao arquivo do processo em questão.

CCO
P. J. G.
J. M.
J. J.
A. M.

DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA: – Face ao pedido formulado pela *Fundação Engenheiro António Pascoal* e considerando que a mesma prossegue “...*fins culturais, educativos e assistenciais e a acção a desenvolver deverá centrar-se ainda na área do desenvolvimento e investigação científica, designadamente no sector das Pescas, bem como na atribuição de prémios escolares e bolsas de investigação*”, e considerando também que das actividades desta entidade destacam-se os apoios regulares e pontuais a Instituições Sociais e Culturais como o CETA – Círculo Experimental de Aveiro, o Grupo Etnográfico e Cénico das Barrocas, o Coral Polifónico de Aveiro, a Tuna de Santa Joana, bem como a atribuição de prémios escolares a alunos das Escolas Secundárias de Aveiro, Figueira da Foz e Cantanhede, Conservatório de Música Calouste Gulbenkian de Aveiro e o protocolo com a Universidade de Aveiro que prevê, entre outros benefícios, o financiamento de actividades na investigação e desenvolvimento na área da Engenharia Mecânica, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável, relativamente ao pedido da Fundação, de acordo com o n.º 2 do artigo n.º 5.º do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro.

AQUISIÇÃO DE BENS – IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA ELEVATÓRIO EM VERDEMILHO: – De acordo com a informação n.º 106/03 da Divisão de Património Imobiliário, foi deliberado, por unanimidade, propôr a aquisição de uma parcela de terreno, destinada à implantação de uma Estação Elevatória em Verdemilho, pertencente a Joaquim Pereira, com a área de 100,00 m², inscrita na matriz rústica da freguesia de Aradas, sob o art.º n.º 576, pela quantia de quinhentos e cinquenta euros.

AQUISIÇÃO DE BENS – INSTALAÇÃO DO QUARTEL DOS

BOMBEIROS: – Foi apreciada a informação n.º 110/03, da Divisão de Património Imobiliário, com base na qual a Câmara deliberou, por unanimidade, adquirir um terreno, com a área de 1.613,78 m², inscrito na matriz rústica da freguesia de Esgueira sob o n.º 2877, pertencente a Adelino Marques de Assunção, pelo valor de quarenta e nove mil oitocentos e setenta e nove euros e setenta e nove cêntimos, o qual se destina à implantação das novas instalações do Quartel dos Bombeiros Novos.

Mais foi deliberado, por unanimidade, que o pagamento seja efectuado em seis prestações mensais e seguidas, sendo a primeira de quatro mil novecentos e oitenta e sete euros e noventa e oito cêntimos, aquando da assinatura da escritura e as restantes no valor de sete mil quatrocentos e oitenta e um euros e noventa e sete cêntimos, cada, a depositar em conta com o n.º 230024640004, do Banco Espírito Santo, com sede em Aveiro, até perfazer o montante acordado.

- Foi também deliberado, por unanimidade, de acordo com a informação n.º 111/03, da Divisão de Património Imobiliário, adquirir um terreno, com a área de 938,50 m², inscrito na matriz rústica da freguesia de Esgueira sob o n.º 2876, pertencente a João Maia dos Santos, pelo valor de vinte e oito mil, oitenta e nove euros e sessenta e um cêntimos, destinado à implantação das novas instalações do Quartel dos Bombeiros Novos.

Mais foi deliberado, por unanimidade, que o pagamento seja efectuado em seis prestações mensais e seguidas, sendo a primeira de dois mil oitocentos e oito euros e noventa e seis cêntimos aquando da assinatura da escritura e as restantes no valor de cinco mil e cinquenta e seis euros e treze cêntimos, até perfazer o montante acordado.

IDEM – CAMPO DE FUTEBOL DA ACREMA: – De acordo com a informação n.º 83/03 da Divisão de Património Imobiliário, foi deliberado, por unanimidade, adquirir uma parcela de terreno, destinada à implementação do futuro Campo de Futebol da ACREMA – Mataduchos, pertencente a António Teixeira de Oliveira, com a área de 1750 m², inscrito na matriz rústica da freguesia de Esgueira sob o art.º 4224, pela quantia de dez mil quatrocentos e setenta e quatro euros e setenta e cinco cêntimos.

102
M. J. J.
J. J. J.
1
J. J. J.

v. 1

ACREMA – ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE MATADUÇOS: – De acordo com as informações n.ºs 743/03 e 770/03 do DPGOM, foi deliberado, por unanimidade, autorizar a implantação do Pavilhão pertencente à Escola Profissional de Aveiro, para instalação da sede provisória no fim do terreno indicado pela Associação, uma vez que não compromete a construção da Sede, que se encontra em fase de projecto.

Mais foi deliberado que a execução da base em betão, será da responsabilidade da ACREMA, ficando a terraplanagem, transporte e montagem do pavilhão, a cargo da Autarquia.

PARQUE DESPORTIVO DE AVEIRO – E. M.: – O Sr. Presidente submeteu à apreciação da Câmara uma proposta de aumento do capital da PDA, EM para 500 000 € (quinhentos mil euros) e a concomitante alienação de 49% do mesmo, tendo sido analisados os Documentos de Gestão Previsional enviados pela referida Empresa, acompanhados de uma detalhada apresentação, efectuada em reunião, pelo seu Administrador Executivo, Dr. Miguel Lemos.

O Sr. Presidente sublinhou que esta opção, que já vinha prevista no Estudo de Viabilidade Económico-Financeira que acompanhou a constituição da PDA, EM, permite atrair para o projecto investimentos privados – factor decisivo, quer na estrutura do financiamento, quer nas competências específicas para as diferentes áreas de negócio que muito qualificarão a sua gestão.

Referiu, além disso, que estando a ser ultimado o Plano de Pormenor do Parque, aprovado o Estudo de Impacte Ambiental do Campo de Golfe e em obra os principais arruamentos estruturantes, esta alienação de capital à iniciativa privada representa uma nova etapa no desenvolvimento do projecto e vai permitir a concretização célere dos investimentos estratégicos que estão previstos no referido Plano.

Lembrou, finalmente, que as condições económico-financeiras desta operação se encontram desenvolvidas no Documento de Gestão Previsional, acima referido, e que a abertura do concurso deverá obedecer, pelo menos, aos seguintes critérios: a capacidade financeira; experiência comprovada em empreendimentos similares; apresentação de um modelo de desenvolvimento sustentado em estudo de viabilidade económico-financeira; e prémio a pagar pela emissão das acções representativas do capital subscrito.

abe
Amig
Just
Asi
Alu

É com base neste quadro que se submete à Assembleia Municipal a autorização para o aumento de capital e alienação de 49% do mesmo.

A presente proposta foi aprovada com quatro votos a favor do Sr. Presidente e dos Vereadores Eng.ª Lusitana Fonseca, Dr. Manuel Ferreira Rodrigues e Drª Marília Martins e quatro abstenções, dos Srs. Vereadores Domingos Cerqueira, Joaquim Marques, Dr. Amândio Canha e Dr. Capão Filipe.

O Sr. Vereador Domingos Cerqueira fez a seguinte declaração de voto: - *"Porque estamos a falar de grandes investimentos, e da criação de novas estruturas que não são da minha área de conhecimentos, porque não tive tempo, nem de estudar os documentos que acabaram de entregar, nem de consultar técnicos competentes, abstive-me na votação."*

O Sr. Vereador Dr. Joaquim Marques apresentou a seguinte declaração de voto: - *"Embora concorde com o princípio, aliás, saúdo-o, de dar abertura a estas parcerias públicas / privadas o que temos vindo a defender há muito tempo. Pelo facto de a documentação nos ter sido somente disponibilizada hoje e, ao ler o documento verificar que está datado de Outubro deste ano e estamos praticamente a meados de Dezembro, não compreendemos porque não chegou com mais tempo às nossas mãos, para nos podermos debruçar sobre estas informações com que agora fomos confrontados. De qualquer modo, quero agradecer a forma como o Dr. Miguel Lemos apresentou e explanou o projecto, que no essencial, também apoiamos, mas, como protesto da não disponibilização da respectiva documentação em tempo útil, o meu voto é na abstenção e assim permitir que a Assembleia se debruce sobre o assunto."*

O Sr. Vereador Dr. Amândio Canha apresentou a seguinte declaração de voto: *"Uma vez mais, não nos foram fornecidos com a devida antecedência os elementos necessários à tomada de qualquer posição minimamente fundamentada. Acresce que, mesmo depois da exposição feita pelo Sr. Dr. Miguel Lemos, e da resposta deste às dúvidas que lhe foram postas, me parece também que a própria opção estratégica de abrir o capital da PDA, EM, e os objectivos fundamentais a atingir pela empresa a prazo não se encontram ainda suficientemente definidos. São indicados os critérios de selecção de um eventual parceiro, mas não a respectiva ponderação. Não há definição de um valor mínimo para o "prémio de emissão" pretendido pela Câmara. Não está definido se é um objectivo a médio/longo prazo que a Câmara controle a PDA. Assim, parece-me que, como investidora, a CMA não*

100
101
102
103
104
105

deveria tomar qualquer posição antes que fossem suficientemente clarificados estes aspectos. Por isso, entendo não ter elementos para me pronunciar sobre o assunto, pelo que me abstenho."

O Sr. Vereador Dr. Capão Filipe fez a seguinte declaração de voto:

"Realço duas satisfações. Sempre dissemos que o recurso a empréstimos bancários sucessivos, não deveria conceder uma "folga psicológica" em relação à intensificação de outras fontes de financiamentos para o novo Estádio Municipal, tais como os alusivos às mais-valias do Parque Desportivo em tempo útil. Por isso, mais valendo tarde que nunca chega-nos agora aquilo que já chegou ao Bessa, Antas, Alvalade ou Luz, o acelerar do retorno económico da envolvente do estádio através do Parque Desportivo de Aveiro e podermos assim despertar a hipoteca imediata e mediata das finanças municipais. Por outro lado sempre temos também defendido que muitas das obras que ambicionamos podem ter solução nas parcerias público-privadas, constituindo a nossa Região seguramente atracção suficiente para diferentes concretizações. No entanto, mais uma vez esta proposta hoje apresentada não nos permite reflexão e melhor avaliação, apesar de ter ocorrido algum esclarecimento a questões por nós levantadas, designadamente ao tipo de projecto financeiro optado, futuras valias para o município e não suscitação de qualquer conflito futuro estes activos que constituem agora os terrenos do PDA. O nosso voto é de Abstenção, sendo que na Assembleia Municipal caberá o completar dos esclarecimentos e a decisão definitiva."

A presente deliberação vai ser remetida à Assembleia Municipal, nos termos das alíneas d), do nº1, e l) e m), do nº2 do artº 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

LICENCAS DE OBRAS: – Foram presentes e apreciados os seguintes processos de obras:

- N.º 234/74 de M.A. INERTES, LDA., a solicitar o licenciamento do loteamento de um terreno sito na Rua do Viso, freguesia de Santa Joana. Lida a informação n.º 186 do DGU, e de acordo com a mesma, foi deliberado, por unanimidade, aceitar o pagamento em numerário (Cidade Nascente, 441x20x2=17640€) da área de 196m², correspondente às áreas de equipamento e zonas verdes de utilização colectiva.

A. H. H.

A. H. H.

A. H. H.

A. H. H.

A. H. H.

- N.º 305/99 de MANUEL VIEIRA NUNES DE AZEVEDO, a apresentar exposição relativamente à vistoria efectuada ao prédio sito na Rua Mário Sacramento, n.ºs 7 e 9, e a solicitar a isenção do pagamento das taxas de ocupação da via pública com andaimes para a execução de obras no referido edifício. Foi deliberado, por unanimidade, autorizar o requerido, com isenção do pagamento das respectivas taxas.

Mais foi deliberado, por unanimidade, e de acordo com a informação do DGU de 8 de Outubro, último, notificar o requerente no sentido de proceder à execução das obras de reparação, conservação e limpeza, designadamente, tamponamento de janelas e portas com tijolos, pintura das fachadas voltadas para o arruamento, substituição das calceiras e tubos de queda de águas pluviais e reparação da respectiva cobertura, com vista a salvaguardar a segurança da construção adjacente e a das pessoas que circulam na via pública.

- N.º 301/99 de GIC-IMÓVEIS E CONSTRUÇÕES, LDA., a solicitar alteração ao alvará de loteamento de um terreno sito na zona de Sá Barrocas, freguesia da Vera Cruz, no que reporta à finalidade dos lotes D1, D2, D3, D4, D5 e D6 e D7. Foi deliberado, por unanimidade, e de acordo com a informação da DGU de 10 de Outubro, último, cujo teor aqui se dá como transcrito, remeter o processo à Divisão Jurídica para emissão de parecer quanto à possibilidade de cedência à empresa em epígrafe, dos direitos de autor do projecto para o loteamento acima referenciado, elaborado pela Divisão de Arquitectura Urbanismo e Ambiente, desta Autarquia.

- N.º 67/62 de MANUEL VIEIRA RAMOS E OUTROS. Face ao requerimento do arrendatário do prédio sito na Viela do Canto, n.ºs 35-37, freguesia da Vera Cruz, foi deliberado, por unanimidade, e de acordo com a informação da DGU de 08 de Outubro de 2003, cujo teor aqui se dá como transcrito, aprovar o orçamento apresentado para as obras que pretendem levar a efeito no referido prédio, no valor de seis mil seiscientos e trinta e três euros e trinta cêntimos, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, ao abrigo do n.º 5 do artigo 16.º do Regime do Arrendamento Urbano.

Mais foi deliberado, por unanimidade, notificar o Sr. Manuel Vieira Ramos e Outros, senhorio do imóvel, no sentido da presente deliberação.

- N.º 394/79 de FUNDAÇÃO PADRE FÉLIX, a solicitar a isenção da taxa de licenciamento referente às obras a levar a efeito no prédio sito na Rua do Bairro, n.º 24, freguesia de São Bernardo. Foi deliberado, por unanimidade, e de acordo com a informação da DGUOP de 27 de Outubro, último, que aqui se dá como transcrita, isentar o requerente do pagamento das referidas taxas.

Handwritten signatures in the top right corner.

- N.º 473/03 de VIEIRA FONSECA E ASSOCIADOS – PROCESSO DA VIDOR COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL, a apresentar exposição relativamente à caducidade da licença de construção n.º 744/00 de 28 de Abril, e a solicitar a renovação da mesma. Foi deliberado, por unanimidade, e de acordo com a informação n.º 473/03, prestada pela Divisão Jurídica, cujo teor aqui se dá como transcrito, declarar a caducidade da licença, devendo o requerente dar entrada a um novo pedido de licenciamento, ao abrigo das disposições legais em vigor.

APROVAÇÃO EM MINUTA: – Finalmente, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente acta em minuta, nos termos do que dispõe o n.º 3, do Art.º 92º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a qual foi lida e distribuída por todos os Membros da Câmara e por eles assinada.

E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a presente reunião.

Foram 18.45 horas.

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente acta, que eu, _____, João Carlos Vaz Portugal, Director do Departamento Administrativo, Jurídico e de Pessoal da Câmara Municipal de Aveiro, subscrevo.

Handwritten signatures of the council members.

ACTA Nº 1

U 11 12 1 00
- concordar com as designações propostas para os acruamentos mencionados nos ofícios enviados pelas juntas de freguesia de Santa Joana, Esgueira, Eixo, e Aradas com a excepção da denominação "Camini da Grinalândia" na freguesia de Santa Joana - Quanto à designação de "Rua D. Frei Duarte"

Aos cinco dias do mês de Novembro de 2003 reuniu a Comissão de Toponímia "Nunes", proposta da Câmara Municipal de Aveiro com a seguinte ordem de trabalhos: *para a f. f. Santa Joana, apreciação das denominações das ruas propostas pelas freguesias de: f. f. de Esgueira e Eixo*

- Santa Joana
- Esgueira
- Eixo
- Cacia
- Aradas

à Comissão de Toponímia por verificação de fundamentação.

Estiveram presentes

- Manuel Ferreira Rodrigues
- João Gaspar
- Joaquim Gaspar Albino
- Maria José Dias Leite
- Clara Maia Sacramento
- Virgílio Nogueira
- Emanuel Cunha

Esteve também presente o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Joana, Vítor Martins

Os pareceres foram os seguintes:

Freguesia de Esgueira:

-Aprovada a denominação Rua Elísio Filinto Feio (ofício da Junta de Freguesia de Esgueira, n.º 547/03 de 13-10-2003).

- Avenida Manuel Maria da Rocha Colmieiro (ofício da Junta de Freguesia de Esgueira, n.º 548/03 de 13-10-2003). A Comissão sugere Avenida Brigadeiro Rocha Colmieiro.

- Aprovado o nome de Travessa Dias Cainarim (ofício da Junta de Freguesia de Esgueira, n.º 394/03 de 10-07-2003).

Freguesia de Santa Joana:

Aprovadas as ruas indicadas como "novas", conforme relação anexa ao ofício n.º 44/03 de 08-09-2003, com a excepção de "Travessa da Farmácia"

que altera para "Rua da Farmácia" e de "Rua Manuel Barbosa du Bocage" para "Rua de M. M. Barbosa du Bocage".

Junta de Freguesia de Cacia:

Por proposta da Comissão ficou para posterior apreciação a denominação das ruas de alguns lugares da Freguesia de Cacia.

Mais foi sugerido que estivesse presente o Presidente da referida Freguesia na próxima reunião da Comissão.

Junta de Freguesia de Eixo

-Aprovado o nome Rua Sérgio Vieira de Melo (ofício da Junta de Freguesia de Eixo , n.º 319/03 de 04-09-2003).

Junta de Freguesia de Aradas

-Aprovada o nome Praceta da Capôa (ofício da Junta de Freguesia de Aradas , n.º 445/03 de 06-10-2003).

A Comissão sugere que a Câmara Municipal proceda à colocação de placas indicativas com "Centro da Cidade".

Foram sugeridos outros nomes como de Amadeu de Sousa.

O Gaspar Albino indicou os nomes de três ilustres arquitectos que deixaram marca na cidade (Carlos Mendes, E. Korrodi e Jaime Inácio dos Santos). Manuel Ferreira Rodrigues afirmou, por seu lado, que a publicação do Mapa de Arquitectura de Aveiro, recentemente editado, vai permitir descobrir nomes de outros arquitectos.

A Divisão ficou de verificar se já existe uma Rua com o nome de Eng.º Coutinho de Lima.

A Clara Sacramento estranhou a quase inexistência de nomes de mulheres na toponímia Aveirense.

A Comissão comprometeu-se a sugerir nomes para as próximas reuniões.

Aveiro, 05 de Novembro de 2003-12-05
Assinaturas



Have a picnic with

your family

in the park

before the picnic

picnic



JUNTA DE FREGUESIA DE
SANTA JOANA

Câmara Municipal de Aveiro
Ex.º Sr.º Vereador Manuel
Rodrigues
Praça da República
3810 Aveiro

N.º 29679
n.º 15-13/1
DATA 21/09/03

N.º Ref. V/Ref.
S.J. 0126 /03

Câmara Municipal de Aveiro
Ex.º Sr.º Vereador Manuel
Rodrigues
Praça da República
3810 Aveiro

Of.N.º
440

Data
08-09-2003

ASSUNTO: Toponímia

No seguimento de um levantamento iniciado há cerca de ano e meio, no qual verificámos a existência de placas bastante antigas e ainda outras feitas de cartão muitas das ruas da Freguesia de Santa Joana já são conhecidas pelo nome há algum tempo, mesmo sem razão aparente, mas que aceitamos, pelo que, vimos, por este meio, solicitar a V. Ex.as a ratificação dos nomes constantes da listagem que enviamos em anexo.

Esta nossa solicitação, que temos todo o interesse em resolver de forma célere, prende-se com o facto de estarmos e elaborar um mapa da Freguesia, onde iremos dar destaque às instituições da Freguesia.

Com os nossos melhores cumprimentos.

Ao Dr. Emanuel Cunha,

Agradeço que agende este assunto
para a Reunião da C. de Toponímia

02.12.02

O Presidente,

Vitor Manuel S. Martins

RELAÇÃO DAS RUAS DE SANTA JOANA

RUA D. JOÃO EVANGELISTA DE LIMA VIDAL	
AV. D. MANUEL DE ALMEIDA TRINDADE	
TRAVESSA D. JOÃO EVANGELISTA LIMA VIDAL	
RUA NORTON DE MATOS	
TRAV. NORTON DE MATOS	
RUA DA FRATERNIDADE	
RUA DA PADARIA	
RUA DE SÃO GERALDO	
RUA DA QUINTA NOVA	
RUA DO FREITAS	
RUA DA SOFIA	
RUA DA PATELA	
RUA 21 DE JULHO	
TRAVESSA 21 DE JULHO	
RUA DOS FORNINHOS	
TRAVESSA DOS FORNINHOS	
RUA DO VALE	
RUA DO RAMIL	
ZONA RESIDENCIAL DA PATELA	
RUA JOSÉ MORGADO	
RUA DA PAZ	
TRAVESSA DA PAZ	
RUA ESCULTOR ROMÃO JUNIOR	
RUA JOÃO CALISTO	
RUA DA BOMBARDA	
RUA DA QUINTA VELHA	
TRAVESSA DA QUINTA VELHA	
RUA PRINCESA SANTA JOANA	
RUA DAS CAVADAS	
RUA DA FONTE	
TRAVESSA DOS LOUCEIROS	
RUA DE SÃO BRÁS	
BECO DAS LAVOURAS	
TRAVESSA SÃO BRÁS	
BECO DA ALEGRIA	
RUA DAS FLORES	
BECO DO POÇO	
Rua TRAVESSA DA FARMÁCIA	NOVA
TRAVESSA DA BRASILEIRA	
RUA CHÃO DE ALÉM	
RUA DO BAIXEIRO	
RUA DAS QUINTAS	
RUA DOS CAMPINHOS	
RUA VIELAS QUE ATRAVESSAM	
RUA DA MISERICÓRDIA	
RUA DA BARROCA	
RUA DA AZENHA DA MOITA	
TRAVESSA DA GIESTA	NOVA

TRAVESSA DA LUZ	
RUA DOS PINHEIRAIS	
TRAVESSA DOS PINHEIRAIS	NOVA
RUA DA QUINTA DO TORTO	
TRAVESSA DA QUINTA DO TORTO	NOVA
RUA NOVA	
RUA DA MARIA DA PÓVOA	NOVA
RUA CHÃO MEIO ALTO	
TRAVESSA DA FONTE	
TRAVESSA DO TI ARNALDO	
RUA DO COCARO	
TRAVESSA DO CÔCARO	NOVA
RUA DA FIDEC	
TRAVESSA DA FIDEC	
RUA MÁRIO DUARTE	
RUA DA OLIVEIRA	NOVA
TRAVESSA MÁRIO DUARTE	
TRAVESSA DOS CAREÇAS	
RUA DO BARREIRO	
VIELA DO PERALTA	
TRAVESSA N.º SR.º DA PIEDADE	NOVA
RUA N.º SR.º DA PIEDADE	
RUA DO ALAMBIQUE	
RUA DA MOLAREIRA	
TRAVESSA DA MOLAREIRA	NOVA
RUA 8 DE DEZEMBRO	
RUA D. JOSÉ I	NOVA
RUA DO SOLPOSTO	
TRAVESSA DAS ESCOLAS	
RUA DO SANTI O	
TRAVESSA DO SOLPOSTO	
RUA GAGO COUTINHO	
TRAVESSA GAGO COUTINHO	
AVENIDA D. AFONSO V	
RUA D. JOÃO II	
RUA DA RAINHA D. ISABEL	
AVENIDA SANTA JOANA	
PRAÇA BADEN POWELL	
RUA DO VISO	
VIELA BAIRRO DO OSÓRIO	NOVA
RUA NOVA DO VISO	
RUA PINTORA VIEIRA DA SILVA	
TRAVESSA NOVA DO VISO	NOVA
RUA CAPITÃO ACÁCIO	
RUA VASCO DA GAMA	
RUA DIOGO CÃO	NOVA
RUA BARTOLOMEU DIAS	
RUA PEDRO ÁLVARES CABRAL	
RUA JOÃO AFONSO DE AVEIRO	
PRAÇA DOS DESCOBRIMENTOS	
RUA NOVA DO CALÃO	NOVA
RUA DO CALÃO	
RUA DOS AREAIS	
RUA DO OURO	
TRAVESSA DO OURO	

RUA DA PRATA	
RUA ENG. ADELINO AMARO DA COSTA	
RUA DR.º FRANCISCO SA CARNEIRO	
RUA GENERAL HUMBERTO DELGADO	
PRAÇA GENERAL HUMBERTO DELGADO	
CAMINHO DA GRINELANDIA	NOVA
TRAVESSA 25 DE ABRIL	
RUA 25 DE ABRIL	
RUA 12 DE MAIO	
RUA 10 DE JUNHO	
RUA DA LIBERDADE	
RUA DOS OLIVAIS	
RUA 31 DE JANEIRO	
RUA ANTONIO AUGUSTO COELHO DE MAGALHÃES	
AVENIDA SANTO ANTONIO	
RUA VALE DO VOUGA	
AVENIDA SÃO JOÃO DE BRITO	
RUA FREI PEDRO DE AVEIRO	
RUA SÃO JOÃO DA CRUZ	
RUA D. FREI DUARTE NUNES	NOVA
RUA SÃO JOÃO DE DEUS	NOVA
RUA DAS CEREJEIRAS	
QUINTA DAS LARANJEIRAS	
RUA DOS ABETOS	
RUA DAS MAGNÓLIAS	
RUA DAS OLIVEIRAS	
RUA DAS TÍLIAS	
RUA DA REPÚBLICA	
RUA ALEXANDRE HERCULANO	
RUA SÃO JOÃO	
RUA SANTA JOANA	
RUA PRINCIPE PERFEITO	
RUA INFANTE D. HENRIQUE	
RUA CIDADE DE CUBATÃO	NOVA
RUA CENTRAL	
RUA 1º DE MAIO	
RUA 5 DE OUTUBRO	
RUA LUIS DE CAMÕES	
RUA DAS PRAIAS	
RUA DA AZENHA	
TRAVESSA DA AZENHA	NOVA
BECO DA AZENHA	NOVA
RUA SÃO ROMÃO	NOVA
TRAVESSA DE SÃO ROMÃO	NOVA
RUA QUINTA DE SÃO ROMÃO	NOVA
RUA FERNANDO PESSOA	
RUA ALMADA NEGREIROS	
RUA EÇA DE QUEIROZ	
RUA GIL VICENTE	
RUA JULIO DINIS	
RUA CAMILO CASTELO BRANCO	
RUA DOS LUSÍADAS	
PRAÇA DOS LUSÍADAS	
RUA MANUEL BARBOSA DU BOGAGE	NOVA